

## UMA RELEITURA DO TERRITÓRIO NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Jorge Luiz Raposo Braga

No limiar do século XXI, as inovações tecnológicas capitaneadas pelo avanço da informatização, tem remodelado a base material das sociedades e do Estado-nação. O ritmo acelerado tem apresentado novas configurações do capitalismo, como na economia, que cada vez mais tem se tornado interdependente, onde a concorrência acirrada tem obrigado as empresas a descentralizarem sua produção e os países a suspenderem os entraves à circulação do capital financeiro, e no social, a globalização tem redefinido às relações de trabalho e produzido milhares de excluídos que através da mobilidade tem criado a imagem de que o planeta está intensamente em movimento. O fim da Guerra Fria alterou a geopolítica global, agora não mais restrita exclusivamente às decisões do Estado-nação, como os realistas apontavam, percebemos outras instâncias de poder, que podem estar relacionadas às corporações transnacionais, ao fortalecimento de determinadas organizações internacionais e a emergência de interlocutores ligados às pluralidades dos movimentos sociais, fatos que acabam redefinindo o papel das Relações Internacionais frente aos novos desafios que tem exigido soluções mais coletivas, como no caso das questões ambientais, direitos humanos, combate às atividades criminosas que tem aproveitado as redes para fortalecer seus negócios ilícitos, migrações, o aumento da pobreza mundial, pandemias e toda uma gama de temas que fogem ao escopo do Estado-nação e de seu território.

Assim, em função dessas questões que afligem o mundo contemporâneo, muitos autores chegaram a afirmar que estaríamos vivendo em um mundo desenraizado, onde os fluxos e as redes tenderiam a homogeneizar todas as relações, sejam no âmbito econômico, político, cultural e espacial, surgindo a partir daí uma “sociedade-rede”<sup>1</sup>. Então, alguns discursos correntes afirmaram que caminharíamos para um período do predomínio da

---

<sup>1</sup> CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede – A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, v.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

desterritorialização e, conseqüentemente do “fim do Estado-nação, “fim dos territórios” e o esvaziamento de sentido de todo o referencial espacial, como se o espaço fosse uma entidade natural, “descoberta” e “conquistada”, portanto, não precisa ser definido ou explicado como categoria. Neste contexto, Santos(1998) aponta a necessidade de conceber o território numa ótica dinâmica, isto é, o território usado. “É o espaço, que é uma forma de ver o território também, formado de sistemas de objetos e de sistemas de ações numa união indissolúvel e dialética”<sup>2</sup>.

### **Território e sua Dimensão Política**

Atualmente, o território tem assumido diferentes interpretações nas Ciências Sociais, ou seja, autores que privilegiam sua base materialista como fundamento essencial para a organização social e outros que enfatizam a sua dinâmica idealista, mas Haesbaert(2002)<sup>3</sup> acentua que devemos superar essa dicotomia material/ideal, pois o território envolve ao mesmo tempo a dimensão espacial concreta das relações sociais e as representações sobre o espaço que também move estas relações.

Por muito tempo, a discussão sobre o território vinculou-se ao Estado-Nação e a sua noção jurídico-política, que o moldou e o transformou como sua base de existência a partir do avanço do conhecimento e da conquista do mundo. Mas as mudanças que foram implantadas<sup>4</sup> com o progresso dos transportes e das comunicações, tornaram o território mais fluido e transnacionalizado, dando-lhe novas formas de uso e alterando todas as relações mantidas dentro de um país.

Muitos autores, longe da análise do território sob a ótica da tecnologia e da informação, procuraram vincular a natureza política do território ao Estado . Assim, o

---

<sup>2</sup> SANTOS, Milton. Nação, Estado e Território. In: MENDONÇA, S. e MOTTA, M (Orgs.). Nação e Poder – As Dimensões da História. Niterói : EDUFF, 1998, p.23-29.

<sup>3</sup> HAESBAERT, Rogério. Territórios Alternativos. Niterói/São Paulo : EDUFF/Contexto, 2002.

<sup>4</sup> Segundo Santos (1994,p.16), hoje, o território possui novos recortes em função do seu novo funcionamento, sendo chamados de horizontalidades e verticalidades.

“As horizontalidades serão os domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais”. Ver SANTOS, Milton. O Retorno do Território. In: SANTOS, Milton et al.(Org.). Território, Globalização e Fragmentação. São Paulo : Hucitec, 1994, p.15-21

território passou a ser visto pela tradicional geografia política como um espaço que é apropriado por um grupo social e a identidade sócio-cultural desse grupo só será reconhecida se estiver ligada a um espaço concreto, sem isso não haverá possibilidade para existir raízes e identidade.

Ratzel(1990,p.73-74)<sup>5</sup>, um proeminente representante da Geografia Política, não concebe um Estado sem território e sem fronteiras e

“embora mesmo a ciência política tenha freqüentemente ignorado as relações de espaço e a posição geográfica, uma teoria de Estado que fizesse abstração do território não poderia, contudo ter qualquer fundamento seguro. (...) não se pode considerar mesmo o Estado mais simples sem o seu território, assim também a sociedade mais simples só pode ser concebida junto com o território que lhe pertence”.

Esse laço forte entre Estado e espaço definiu o primeiro como um agente articulador da sociedade com o seu território, estabelecendo a partir daí uma unidade nacional-territorial. Assim, o Estado é visto como a única fonte de poder capaz de intermediar esse “sentimento territorial”. Neste contexto, ainda podemos observar um modo “naturalizado” de ver o território e uma concepção homogeneizadora de sociedade, como se a mesma não tivesse diferenças internas de classes e grupos.

Portanto por ser descritiva e empirista, a concepção que a Geografia tradicional, do início do século XX, tinha sobre o território privilegiava a visão de um espaço com limites claros de fronteiras bem definidas, onde uma população estaria aí enraizada.

Esta concepção de território possui relevância nas Relações Internacionais, principalmente no paradigma realista o qual, embora seja bastante criticado, ainda mantém forte influência nesta Ciência e, mesmo que outros paradigmas estejam se fortalecendo, ainda o espaço é visto como um dado prévio, anterior à história, sem necessidade de explicação ou questionamento, como se o território fosse meramente um receptáculo dos conflitos sociais e não um produto social, dinâmico.

Badie(1995)<sup>6</sup> em suas considerações, também restringe a concepção de território à dimensão jurídico-política e aborda que o mesmo têm sido destruído juntamente com as

---

<sup>5</sup> RATZEL, Friedrich. Geografia do Homem : (Antropogeografia). In: MORAES, Antonio C. R. (Org.). Ratzel. São Paulo : Hucitec, 1990.

identidades culturais e o controle estatal sobre o espaço, onde uma “onda” desterritorializante vem esvaziando de sentido as fronteiras e conseqüentemente enfraquecendo o Estado-nação.

Badie(op.cit., p.14), ainda tomando o território como competência do Estado, vê que o mesmo ainda procura resistir as transformações do mundo global, se sustentando no sistema normativo que continua submeter-se aos seus princípios. Mas, ele procura realçar seu declínio a partir da difusão das redes, ao afirmar que

“Esta crise marca um fim: ela não proíbe que se fale de território no presente, mas já não permite que se admita o princípio da territorialidade como federador da nossa ordem internacional. Não é seguro que o modelo vestfaliano possa acomodar-se com o seu contrário para compor com ele uma nova ordem estável. (...) desenha-se uma nova cena mundial que tanto é ateritorial como está sujeita à concorrência de várias lógicas territoriais contraditórias e que, cada vez mais raramente, é banalmente Estado-nação. A ilusão cartográfica já não é suficiente para dissimular essa pluridimensionalidade das relações, que já só abusivamente são internacionais. As relações entre nações - aliás, cada vez mais difíceis de territorializar - passaram a ser apenas um aspecto do funcionamento de uma cena mundial feita também de rede de relações, de proliferação e de volatilidade de alianças, elas próprias inscritas em diversos espaços”.

Portanto, o território normalmente é vinculado ao Estado, como pátria, bandeira, defesa de fronteiras, segurança frente a grupos terroristas e ao narcotráfico, governo e o Estado como gestor (nesse caso, não tão ativo, já que a globalização vem pondo em “xeque” essa atividade). É certo que o território tem a sua relação com o Estado, mas não deve ser reduzido meramente a essa visão, pois o vínculo exclusivo entre território e o poder político rompeu-se. Novas instituições internacionais e transnacionais têm relativizado o papel dos Estados soberanos e transformado a soberania num exercício compartilhado do poder. Desenvolveu-se um conjunto de leis regionais e internacionais que sustenta um sistema emergente de governança global, tanto formal quanto informal.

Os governos nacionais ficam cada vez mais presos a um sistema de governo multiescalar – local, nacional, regional e global – e mal conseguem monitorá-lo, muito menos permanecer no comando.

---

<sup>6</sup> BADIE, Bertrand. O Fim dos Territórios – Ensaio sobre a Desordem Internacional e sobre a Utilidade Social do Respeito. Lisboa : Instituto Piaget, 1995.

### **O Território em Tempos de Globalização**

O território, num período marcado pelos processos da globalização, tem apresentado múltiplas faces, reproduzindo ao mesmo tempo antigos processos sociais, como também as manifestações de novas territorialidades. Essa multiplicidade assistida pela expansão das redes, tem possibilitado a emergência de novos atores nas Relações Internacionais que, através construção de seus territórios, procuram maior inserção nos debates de política internacional.

Segundo Santos<sup>7</sup>(1996,p.208-209) a rede pode ser enquadrada em duas maneiras: “a que apenas considera o seu aspecto, a sua realidade material, e uma outra, onde é também levado em conta o dado social”, uma rede de solidariedade. A primeira está relacionada a uma infra-estrutura que permite os fluxos de pessoas, bens ou de informações, inscrita sobre um território que se caracteriza por apresentar “um conjunto de pontos - nós - conectados entre si por segmentos - arcos - que correspondem aos fluxos que interligam, ‘costuram’ os nós”(…), como afirma Souza(1995,p.93)<sup>8</sup>. A segunda, refere-se também ao “social e político, pelas pessoas, mensagens, valores que a freqüentam. Sem isso, e a despeito da materialidade com que se impõe aos nossos sentidos, a rede é, na verdade, uma mera abstração” (Santos,1996,p.209).

A flexibilidade das redes permite que a mesma seja moldada conforme as situações concretas, sendo portanto, variável no tempo e espaço. Assim, Haesbaert(1997)<sup>9</sup> não concebe as redes meramente como “destruidoras de territórios”, já que suas articulações escalares, podem ser a base de um processo de re-territorialização, ou seja, de formação de novos territórios.

Portanto, o território não deve assumir uma dimensão meramente concreta, funcional, apenas de domínio do econômico ou controle do político, mas também de uma apropriação que incorpora a perspectiva simbólica e afetiva. Assim, a territorialidade não

---

<sup>7</sup> SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo : Hucitec, 1996.

<sup>8</sup> SOUZA, Marcelo José Lopes de. Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil. 1995,p. 77-116

<sup>9</sup> HAESBAERT, Rogério. Des-territorialização e Identidade. A Rede “Gaúcha” no Nordeste. Niterói : EDUFF,1997.

estaria fundamentada apenas por relações de poder, o que excluiria da mesma uma visão de identidade que diferentes grupos sociais têm com o seu espaço.

Haesbaert(2002,p.121), afirma que o território é o produto de uma relação desigual de forças, que envolvem tanto o domínio político-econômico quanto a apropriação simbólica, os quais podem estar conjugados, desconectados e contraditoriamente articulados. Estas posições, segundo ele, variam conforme as classes sociais, os grupos culturais e as escalas geográficas, as quais estamos nos referenciando. Então, as complexidades do mundo contemporâneo nos envolve concomitantemente em múltiplas escalas, numa simultaneidade de eventos que nos colocam diante de múltiplos territórios, com os quais podemos nos identificar por um certo tempo. “Isto resulta em uma geografia complexa, uma realidade multiterritorial<sup>10</sup> (ou mesmo transterritorial) que se busca traduzir em novas concepções, como os termos hibridismo e ‘glocal’, este significando que os níveis global e local podem estar quase inteiramente confundidos”.

Essas perspectivas nos remetem à diferentes experiências, sejam elas a partir da solidariedade econômica ou da satisfação identitária, as quais podem se converter em outras formas de espaço político. Assim, as redes transnacionais favorecem a multiplicação das estratégias de desenvolvimento econômico ou fortalecem os laços simbólicos identitários. Dessa forma, “esses movimentos assinalam a emergência de uma organização espacial que não é nem unidimensional, nem bidimensional (territorial e extraterritorial), mas muito mais pluridimensional. O novo cenário mundial é “ora aterritorial”, ora submetida à

---

<sup>10</sup> Haesbaert(2004, p.338-339) entende que “multiterritorialidade é, assim, antes de tudo, a forma dominante, contemporânea ou ‘pós moderna’ , da reterritorialização, a que muitos autores, equivocadamente, denominam desterritorialização. Ela é a consequência direta da predominância, especialmente no âmbito do chamado capitalismo pós-fordista ou de acumulação flexível, de relações sociais construídas através de territórios-rede. Sobrepostos e descontínuos, e não mais de territórios-zona, que marcaram aquilo que podemos denominar modernidade clássica territorial-estatal. O que não quer dizer, em hipótese alguma, que essas formas mais antigas de território não continuam presentes, formando um amálgama complexo com as novas modalidades de organização territorial.

(...)podemos denominar territorialização : as relações de domínio e apropriação do espaço, ou seja, nossas mediações espaciais do poder, poder em sentido amplo, que se estende do mais concreto ao mais simbólico”. Ver HAESBAERT,Rogério. O Mito da Desterritorialização : do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2004).

concorrência de várias lógicas territoriais contraditórias e, mais e mais raramente, banalmente estado-nacional”(Postel-Vinay & Smouts, 2004, p.160-1)<sup>11</sup>.

A posição social na qual estamos inseridos, influencia as oportunidades de que dispomos de acessar e re-construir diferentes territórios, de vivenciarmos experiências espaço-temporais em multiescalas, as quais se entrecruzam e estabelecem um conjunto de espaços dispersos, descontínuos, conectados em rede, formulando a partir daí, uma territorialização efetivamente múltipla.

Haesbaert(2004) ressalta um conjunto de opções que hoje temos não somente para “ativarmos” os territórios/territorialidades como no passado, mas as oportunidades de vivenciá-los, concomitante e/ou consecutivamente, fato que nos permite “jogar” com a multiplicidade de territórios e estabelecermos uma nova territorialidade. Assim, estaríamos cada vez menos dependentes de uma territorialidade central ou referencial, como no caso do Estado nação da modernidade clássica. Tal questão nos permitiria construir uma identidade territorial global a partir dos problemas que afetam o mundo como um todo.

Ao emergir a fissura entre espaço local, translocal e nacional, o território com base para a lealdade e o sentimento nacional está cada vez mais divorciado do território como lugar da soberania e controle estatal da sociedade civil. Os problemas de jurisdição e lealdade estão cada vez mais desvinculados. Isso não é bom para o Estado-nação, já que, em sua forma clássica, os dois são vistos associados e se sustentam mutuamente.

Para muitos cidadãos nacionais, as questões práticas de residência e as ideologias de lar, terra e raízes estão freqüentemente desconectadas, de forma que as referências territoriais de lealdade civil tornam-se para muitas pessoas cada vez mais dividida entre diferentes horizontes espaciais: lealdade de trabalho, de residência, de religião podem criar registros distintos de afiliação. O território e a territorialidade são crescentemente a base lógica crítica da legitimação e do poder do Estado, enquanto as concepções de nação são

---

<sup>11</sup> POSTEL-VINAY, Karoline. & SMOUTS, Marie-Claude. A Transformação das Relações Internacionais. In: As Novas Relações Internacionais – Práticas e Teorias – Brasília : Editora UNB, 2004, p.157-174

cada vez mais atraídas por outros discursos de lealdade e afiliação - às vezes lingüísticos, às vezes racial, às vezes religioso, mas raramente territorial.

Para Appadurai(1997,s.p.)<sup>12</sup>, as transformações que marcam o mundo contemporâneo tem mostrado que a lealdade dos indivíduos cada vez mais está relacionada as cartografias transnacionais, ao passo que os apelos à cidadania os conectam aos Estados territoriais. “Estas disjunções indicam que o território, que já foi uma justificativa de senso comum para a legitimação do Estado-nação, tornou-se o ponto central da crise de soberania num mundo transnacional”. Portanto, uma geografia pós-nacional estaria emergindo a partir das disputas espaciais entre os grupos de diásporas e os vários Estados que tentam acomodá-los sem abrir mão da integridade territorial. Fatos que dão ao território uma outra dinâmica e propõem novos desafios às Relações Internacionais.

Essas questões do mundo contemporâneo acabam revalorizando os debates sobre o Estado nacional e seu território, já que, tradicionalmente, o primeiro era concebido como a única fonte de poder, regulador e ordenador do território nacional e o principal gerador e portador da cultura e identidades nacionais, enquanto o segundo era a sua base material, seu espaço de controle . São essas funções que estão sendo reconfiguradas pelas redes globais que, subvertem as noções de tempo e procuram esvaziar o espaço como produto social.

Assim, ao tomarmos o território como dado, sem necessidade de explicação e restrito ao controle político do Estado-nação, as Relações Internacionais subestimam toda uma “efervescência” de movimentos e articulações que estão ali presentes e que procuram, de certa forma, influenciar as diferentes esferas (política, econômica, cultural, social e espacial) que regem suas vidas e, através das redes, esses novos atores configuram seus territórios que a todo instante são desfeitos em um dado momento para serem refeitos mais adiante, num intenso processo de desterritorialização-reterritorialização.

---

<sup>12</sup> APPADURAI, Arjun. Soberania sem Territorialidade: notas para uma Geografia pós-nacional. *Novos Estudos*, São Paulo : CEBRAP, n.49,nov.,1997